

A LINGUAGEM “BRASILEIRA” DE MONTEIRO LOBATO

Ana Aparecida Arguelho de Souza (UEMS)
anaarguelho@yahoo.com.br

Ando com várias ideias. Uma: vestir à nacional as velhas fábulas de Esopo e La Fontaine, tudo em prosa e mexendo nas moralidades. Coisa para crianças.

(Monteiro Lobato)

1. Introdução

Para fins desta reflexão, retomamos alguns resultados de pesquisa realizada acerca das dimensões e do ensino da literatura, que resultou na publicação da obra *Literatura na escola: a leitura em sala de aula*, editada pela Autores Associados, em 2010. Nela tratamos das dimensões históricas, estéticas e pedagógicas da literatura infantil e de uma pedagogia sustentada na leitura de obras literárias, em detrimento do livro didático. Procuramos, então, demonstrar como ocorreram transformações na linguagem literária em função do movimento das sociedades. Neste trabalho, ilustramos com o caso concreto da literatura de Monteiro Lobato, como essas transformações ocorreram na sua literatura e arejaram a língua, assinalando o abraileiramento da linguagem, dentro do movimento da sociedade brasileira, nas décadas de 1920-30. A reflexão se pauta na atuação desse literato dentro do movimento da Escola Nova no Brasil e em seus compromissos políticos com o ideário escolanovista. A teoria que fundamenta a discussão é a ciência da história. É esta que permite compreender as transformações no interior de relações sociais muito bem definidas, no Brasil da era Vargas.

Uma reflexão radical acerca do abraileiramento da linguagem na literatura infantil de Monteiro Lobato exige apreendê-la nas circunstâncias históricas que justificam o gigantesco voo alçado pelo autor no universo da literatura infantil brasileira. Isso impôs efetuarmos um recorte na literatura lobatiana, incidindo sobre algumas de suas obras destinadas à criança, a partir das quais realizamos um estudo comparativo dessas obras com a literatura de uso nas escolas, com fins didáticos, ao tempo de Lobato. Impõe ainda a compreensão do Movimento da Escola Nova no Brasil, por ocasião do governo Vargas, na década de 30, cujo ideário está presente nas principais transformações operadas na linguagem do autor.

Na obra *Literatura na escola...* (2010) aponte para o fato de que a partir do século XIX desencadeou-se na sociedade moderna um movimento de retomada de uma literatura antiga e, principalmente, medieval, adaptada ou traduzida para o universo da criança com o fim de aquecer um auspicioso mercado livreiro, em franca ascensão. Essa literatura fundamentou-se em um universo mágico, resquícios do ideário mítico de civilizações passadas, sofrendo um processo de adoçamento para tornar-se palatável a um novo público emergente, as crianças oriundas da classe burguesa, recebendo o nome de literatura infantil. Todavia, as pesquisas demonstraram que tal literatura não se fez presente na escola de massas, que foi, desde o século XVII, pensada pela burguesia para atender ao postulado de “ensinar tudo a todos”, conforme preconizou Comenius (século XVII), em sua *Didática Magna* (1985). Destinada a garantir a leitura da bíblia às crianças dos “lares cristãos” e o domínio dos rudimentos técnicos exigidos pelo processo manufatureiro, essa concepção pedagógica trazia consigo um instrumental de leitura pragmático e utilitário, que por isso mesmo passava ao largo de qualquer literatura que provocasse alguma reflexão de ordem filosófica.

Dentro de um bem orquestrado esquema mercadológico, vamos encontrar, então, uma literatura pautada no universo do “maravilhoso”, circundado pelas formulações discursivas “era uma vez...” e “...foram felizes para sempre”, no qual circulavam fadas, bruxas, príncipes em cavalos brancos, princesas em carruagens. Nesse universo carregado de magia, anéis, talismãs, varinhas de condão, tudo era utilizado para que o herói alcançasse suas metas; sapos transformavam-se em príncipes, bonecos de madeira em gente de carne e osso, abóboras em carruagens, ratinhos em garbosos cavalos; princesas acordavam de mil anos de sono com um beijo; as distâncias eram vencidas por “botas de sete léguas” ou em tapetes mágicos. Esteticamente, o “era uma vez” criava o distanciamento temporal necessário para tornar etéreo e mágico todo o percurso dos personagens. E a ideia de que os protagonistas, após vencerem dificuldades de toda ordem, seriam felizes para sempre conferiam uma aura de credibilidade à sociedade burguesa que, afinal, era o palco no qual desabrochavam ressignificações edulcoradas das escabrosas histórias antigas e medievais – reza a tradição – contadas “ao pé do fogo” nas frias noites europeias.

Nesse tipo de literatura infantil moderna, além dos componentes estéticos estruturantes dos contos em geral – personagens, lugar, tempo, linguagem, organização e foco narrativo – a disposição do texto no papel,

as escolhas gráficas, a ilustração, tudo disputava espaço na busca das opções valorativas, éticas e pedagógicas eleitas pelos autores, adaptadores ou tradutores, para que a narrativa alterasse os horizontes de expectativas dos pequenos leitores e sedimentasse os valores formativos eleitos pela burguesia para a formação de seus quadros.

Por outro lado, circularam nas escolas europeias para as massas, ao longo de aproximadamente três séculos, XVII a XIX, diversos contos bíblicos e morais, bem como espécies degradadas da grande literatura universal – as chamadas “traduções livres”, arremedos de obras como Robinson Crusoe, por exemplo, nas quais não só era deturpada a linguagem como o próprio enredo. É o caso de *Robinson de Paris*, escrita em 1840, por Eugénie Foa, “história de um menino que se encontra sozinho em Paris, sem dinheiro e sem conhecer ninguém na cidade” (SALEM 1970, p. 35). Essas traduções tinham a intenção de transmitir às crianças do povo a moralidade necessária ao movimento de expansão e solidificação da nova sociedade. Passado o tempo, essas adaptações foram perdendo prazo de validade: “Adaptações de adaptações, as histórias começaram a falar de um mundo sem qualquer vínculo com a possível experiência do leitor”. (ZILBERMAN, 2003, p. 156)

2. A situação da literatura no Brasil, no século XIX

O Brasil não foge a esse movimento de caráter mais universal. No século XIX a precarização das escolas, da leitura e do livro atinge até mesmo as camadas sociais mais abastadas, em condições de receber apenas a literatura possível, isto é, a literatura importada da Europa, especialmente, de Portugal. Um incipiente esforço de produção de uma literatura nacional para crianças vai ser percebido com os ventos da república, embora desde a primeira metade do século XIX, pelo registro dos programas curriculares do Colégio Pedro II (VECCHIA & LORENZ, 1998) já se pudesse ver a introdução de uma literatura mais expressiva para a adolescência e a juventude. É essa a mais importante expressão da escola brasileira no século XIX. Por suas salas passaram os mais significativos intelectuais brasileiros, como Silvio Romero que, pelos seus escritos, deixou registrada não só a qualidade da reflexão sociológica e literária de seu tempo, como também as mudanças que os desdobramentos da proclamação da república instauraram no cenário das letras brasileiras.

No âmbito das escolas fundamentais, entretanto, até dobrar os sinais do século XIX, a ausência de livros de literatura ficou patenteada por

inúmeros escritores brasileiros que, em suas obras, relataram suas experiências com a pedagogia e os materiais didáticos da época. Nelas não se incluem senão uma parca literatura transplantada da Europa e utilizada como pretexto ao ensino da gramática.

No correr do século XIX para o XX, especialmente com a passagem do Império à República, essa literatura estrangeira, com ênfase à portuguesa, vai cedendo lugar a outra, de cunho patriótico, que revela um Brasil em busca de afirmação da sua identidade nacional, de seus valores genuínos e de sua afirmação como país livre. Com uma linguagem ufanista e grandiloquente, vai nascendo uma literatura eivada das moralidades burguesas em terras brasileiras, de valorização da pátria, do trabalho, da família e da escola, pilares máximos da sociedade burguesa, como pode ser entrevisto em diversos autores brasileiros, como por exemplo:

Chega à casa, chorando, o Oscar. Abraça
em prantos a Mamãe.
“Que foi, meu filho?”
—“Sucedeu-me, Mamãe, uma desgraça!
Outros, no meu colégio, com mais brilho,
Tiveram prêmios, livros e medalhas...
Só eu não tive nada!”
—“Mas por que não trabalhas?
por que é que, a uma existência dedicada
Ao trabalho e ao estudo,
Preferes os passeios ociosos?
Os outros, filho, mais estudiosos,
Pelas suas lições desprezam tudo...
Pois querias então que, vadiando,
Os outros humilhasses,
E que, os melhores prêmios conquistando,
Mais que os outros brilhasses?
Para outra vez, ao teu prazer prefere
O estudo! e o prêmio alcançarás sem custo:
E aprende: mesmo quando isso te fere,
É preciso ser justo!”

(BILAC, apud HANSEN, 2009)

Também em Zalina Rolim (1897) está presente o ideário liberal nacionalista:

PELA PÁTRIA!
EI-LA! Como é bonita!
- arma de general –
Vê-la somente, excita
Bravura sem igual

E eu hei de abrir fileiras,
E glórias mil e mil
Colher sob as bandeiras,
Ovantes, do Brasil!

Ainda em Zalim, a apologia ao trabalho e à poupança, valores burgueses:

E a economia é virtude;
Quem poupa os gastos a fortuna afaga
E muita gente se ilude
Achando humilhante e rude
A boa fada, que o labor nos paga.

– Poupar é um saber profundo,
Dizem os meigos olhos de Clotilde.
Quem dera que todo mundo
Possufsse o dom fecundo,
Que impele as mãos da costureira humilde!

Nada mais ilustrativo, porém, do ufanismo grandiloquente, que o Descobrimento do Brasil, em Coelho Neto, na obra *A Pátria Brasileira* (1940), escrita em parceria com Olavo Bilac, um exemplo de linguagem apologética e empolada e distante da realidade brasileira, para contar a história do Brasil:

Estabelecido o riquíssimo comércio das especiarias, a fim de assegurá-lo a Portugal, partiu da foz do Tejo, a 9 de março de 1500, uma esquadra de 13 embarcações, alguma das quais armadas a expensas de particulares, todas, porém sujeitas ao mando do capitão mor Pedro Álvares Cabral, de ilustre família, mas ainda sem feitos que lhe desse lustre ao nome.

Pelas instruções escritas que recebeu, devia afastar-se, tanto quanto pudesse, da África, na altura da Guiné, para evitar as calmarias.

[...]

A esquadra aproximou-se da costa no dia seguinte, indo um batel à terra com gente, sendo porém possível comunicação alguma por não entenderem os intérpretes a língua dos naturais, reduzindo-se todo o tratado a algumas dádivas e trocas de parte a parte.

Decidindo-se a explorar a terra que se alongava para o Norte, Cabral, no dia seguinte, velejou em demanda de uma angra onde ancorasse se abastecesse de água, encontrando, dez léguas ao Norte, tão propícia enseada que lhe deu o nome significativo de *Porto Seguro*.

E assim, por um acidente feliz, foi encontrado sobre os mares o continente verde de nossa pátria.

O solo fertilíssimo, forrado de ervas balsâmicas que despontam em flores, esconde no seio tesouros incontáveis que só esperam o esforço do homem para vir ao lume da terra.

Rios caudalosos cruzam-no fertilizando-o, e são outras tantas estradas por onde vão, de um extremo a outro do país, as barcas de comunicação. Cachoeiras precipitam-se de alturas prodigiosas com estupendo fragor [...].

Freme o jaguar nas brenhas, o tapir assobia, as grandes cobras silvam enroscadas nos troncos ou de rastro pelas ervas; nos campos, os veadinhos meigos saltam e iraras correm. à beira dos rios, abundantes em pescado, arrastam-se répteis; e garças brancas pousam contemplativas, e tantas, que de longe parece à gente que um lençol se estende à beira das águas.

[...]

Para completa prosperidade de uma terra tão prodigamente aquinhoada, basta que ao seu viço correspondam o esforço e o amor do homem; e, agora que, consciente da grandeza da pátria que possui, o brasileiro se lhe dedica com todo o interesse, o Mundo volta os olhos pasmados para esta região de magnificências, invejando-a, e já a procuram os desfavorecidos para viver, acolhidos à sombra das suas árvores, em comunhão pacífica e laboriosa, gozando a paz e preparando a abastança.

O que assinala uma unidade dessas linguagens é o distanciamento de um padrão linguístico que materializasse, verdadeiramente, a “alma brasileira” e o Brasil, país com peculiaridades e cultura muito diferentes dos países europeus, com problemas de ordem política, de saneamento, de precarização da saúde e da cultura. Principalmente, um país em formação, com uma nova classe social se organizando a partir da decretada extinção da escravatura, com graves problemas financeiros e com uma elite oligárquica feroz na conquista dos seus privilégios passados.

Percebe-se o artificialismo e o distanciamento da linguagem da realidade brasileira quando os textos praticamente “vendem” a ideia de que o país é o paraíso. É preciso lembrar que, ao tempo de Coelho e Bilac, o modo colonialista de desenvolvimento, ao longo dos séculos, nem de longe deixava entrever uma natureza idílica, já alterada agressivamente pelas mãos da Coroa Portuguesa, mesmo com a elevação do país a reino unido ou império.

É contra esse tipo de linguagem que Monteiro Lobato vai se insurgir, contra essa europeização das letras e da cultura que impedia a criação de um ideal estético nacional. Lobato abomina o que chama de imitativismo que, segundo ele, impregna a mentalidade brasileira, “contente em reproduzir, em todos os níveis, o modelo europeu, do qual se torna cópia fajuta [...]” (LOBATO *apud* AZEVEDO e outros, 2001, p. 64).

Pode-se considerar, todavia, que o abasileiramento da linguagem de Lobato, detectado principalmente pela construção de um vocabulário que valoriza a realidade brasileira, traduzida linguisticamente por um discurso inovador, representa a síntese literária de um movimento de liberalização da sociedade, dentro dos ditames do capitalismo burguês tardio no Brasil. Liberalização que vai condensar a escola e a literatura dentro do mesmo movimento econômico e político vivido pelo país na década de 30.

3. O ensino da literatura no movimento da Escola Nova no Brasil

Essa é a razão pela qual se torna necessário entender que a literatura de Monteiro Lobato é manifestamente “parte (movente e movida) de um complexo concreto” (LUKÁCS, 2009, p. 226), que se desenvolve no Brasil, como expressão do movimento de internacionalização do capital. Significa dizer, um movimento que se materializa no processo de transformação de um Brasil agrário, comandado por uma classe rural oligárquica, para outro, em que uma burguesia urbana, no processo de uma incipiente industrialização, inicia uma nova caminhada rumo à modernização do país, alinhada com as inovações do capitalismo internacional no plano das materialidades e das ideias.

Tal processo tem início, ainda no século XIX, com o movimento abolicionista – que nada mais foi do que uma necessidade do capital internacional – acionada pelos braços brasileiros dos cafeicultores, os maiores interessados em uma nova concepção de trabalho e de circulação de mercadorias que provoca o êxodo rural e a ampliação das camadas urbanas de população. Esse movimento, que se estende até sua culminância na década de 30, passa a exigir, no plano brasileiro, a mesma universalização do ensino que, já no século XIX, ocorrera na Europa pelo mesmo processo de internacionalização do capital e ampliação do mercado em plano mundial. E mais, passa a exigir uma nova educação que seja capaz de atrair e manter na escola o tipo de aluno de que o capitalismo precisa para a formação dos seus quadros. Getúlio Vargas é a figura de proa, que vai capitanear esse movimento, com não menor rigor que nos polos nazista e fascista, nos quais o capitalismo atuou, feroz e vigorosamente, para a formação de novos quadros com vistas à extração da mais valia necessária a elevação do capitalismo a novos patamares de acumulação, concentração e centralização de capitais.

O processo no interior do qual se forjou essa nova educação no

Brasil recebeu o nome de escolanovismo ou “Escola Nova”. Nele, trabalharam arduamente os melhores quadros da intelectualidade liberal burguesa, entre eles, em destaque, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, cujas proximidade e amizade com Lobato permitiu que se encontrassem, na mesma aspiração por um “Brasil novo”, a literatura e a educação, ambos sustentados pelas ideias de um “intelectual orgânico” – para usar a terminologia de Gramsci – oriundo dos Estados Unidos, de nome John Dewey, que formulou os princípios, estabeleceu as bases teóricas e a prática dessa nova educação.

Dewey formula uma concepção de escola assentada em alguns princípios novos que põem em xeque a pedagogia tradicional.

A escola deve estar voltada para a vida presente, de forma real, como esta se dá para o aluno, seja em casa, no bairro ou em qualquer dos meios nos quais ele possa transitar e que apresentam infinitas possibilidades de trocas de experiências, gerando constantes e mútuas transformações. A educação se concretiza através das experiências pelas quais o ser humano vai passar ao longo da vida, numa infundável sucessão de reconstruções das próprias experiências (TEIXEIRA, 1953, p. 13 *apud* SANTANA, 2011, p. 36-37)

Ao conhecimento precede a experiência. É a partir dela que a criança vai construir a compreensão acerca do tema estudado, que ganha sentido porque está ligado a vivências da própria criança. A escola nova adota um procedimento de partir das necessidades e da vontade do aluno, sem o rígido controle adotado pela escola tradicional. A partir desses postulados, todo o arsenal didático da escola vai ser modificado para atender aos novos princípios. Os “manuais escolares” utilizados pela escola tradicional serão considerados ultrapassados e, por isso mesmo, inadequados para essa nova educação.

Fernando Azevedo é, sem dúvida, o intelectual mais importante e operoso do movimento da Escola Nova no Brasil. Na obra *A Educação e seus Problemas* (1948) trava uma discussão acerca da diferença conceitual entre o livro didático tradicional, utilizado até então pelas escolas e os novos livros adequados à escola daquele momento. O capítulo “A renovação educacional e o livro” (p. 197-200) constitui seu pronunciamento no encerramento da Semana do Livro em 1933. Nele, aponta para o novo momento histórico da educação, alertando para o fato que na escola tradicional a função do trabalho didático era atribuída à iniciativa do professor e o livro texto assumia uma função despótica, absorvente e reguladora das atividades escolares infantis. “A criança escraviza-se ao “texto” que guia o mestre, disposto e habituado antes a seguir as indicações me-

todológicas dos textos escolares... do que as sugestões dos alunos” (1948, p. 197).

O autor defende com afinco, que o livro torne-se “instrumento de trabalho”. A singularidade do “livro de texto” que imperava na escola tradicional deveria ser substituída pela multiplicidade dos livros sobre cada matéria, que as crianças poderiam manusear quando e como desejassem, por prazer e sem imposição. A ideia era a de transformar o livro didático em um “elemento de cultura (1948, p. 202).

Empolgado com os ventos liberais que varriam o cenário brasileiro, esse autor foi mais longe. Em “A nova função do livro escolar”, discurso proferido por ocasião da inauguração da Biblioteca Escolar Fernando Azevedo em 1933, o mesmo imaginou o impulso que teriam as bibliotecas a partir dessa nova significação do livro escolar.

É que, com a renovação das técnicas de ensino, que rejeita a rígida disciplina de livros padronizados, de leitura ou de texto, se alarga cada vez mais o campo de estudo, de investigação e de trabalho que oferecem as bibliotecas, onde o aluno, liberto do livro de texto, do “livro único”, vai encontrar, acessível, para o seu benefício e prazer, uma variedade sempre renovada de livros suscetíveis de satisfazer à multiplicidade de seus interesses, de seu gostos, de suas aptidões e de suas necessidades (AZEVEDO 1948, p. 201).

Aqui, conquista o espaço escolar a obra infantil. Segundo Azevedo, o livro deveria ganhar uma nova função mais compatível com a ampliação de conhecimentos, obtida de forma prazerosa e voluntária, de modo a tornar a leitura encantadora para a criança em função dos aprendizados obtidos pelo próprio seu impulso para com os livros (AZEVEDO, 1948, p. 202). Para isso, era preciso mudar a concepção de livro didático que circulava pelas escolas.

Em 1920, circulava nas escolas de São Paulo, o *Primeiro livro de leitura morais e instrutivas* de João Köpke, considerado por Lobato como “insulso e de não fácil compreensão por cérebros ainda tenros [sic]” (LOBATO, 1956, p. 193, *apud* SANTANA, 2011 p. 57). Em 1921, Lobato lança a primeira edição do livro infantil *A Menina do Narizinho Arrebitado*, segundo livro de leitura para uso escolar, com tiragem de 50.500 exemplares. “Quinhentos destes exemplares, tirados em papel de melhor qualidade foram distribuídos para divulgação da obra nas escolas, o que lhe rende a venda de uma só vez de 30.000 exemplares” (SANTANA, 2011, p. 58).

É nesse cenário que Lobato, em consonância com os princípios

escolanovistas, vai realizar a façanha de fundir o maravilhoso com situações cotidianas, criando um novo universo de superação da fórmula “Era uma vez... Foram felizes para sempre”: o Sítio do Pica-Pau Amarelo. Com recursos de neologismos e ressignificação de conceitos, mitos, personagens, tudo dentro da nova espacialidade e temporalidade do sítio, Lobato aproxima, finalmente, a literatura do dia a dia das crianças em um cenário tipicamente brasileiro. Evidentemente, como diz Coelho (1987, p. 96), a linguagem que expressava tal fusão foi elemento fundamental. “Fluente, coloquial, objetivo, despojado e sem retórica ou rodeios, o discurso que constrói a efabulação de *A menina do Narizinho Arrebitado* é dos que agarram de imediato o pequeno leitor”. (COELHO, 1987, p. 96).

O livro foi um sucesso. Todavia, sua primeira versão não traduz ainda a nova linguagem em sua plenitude. Lobato é um liberal afinado com as perspectivas progressistas de seu tempo. Conhece os preceitos da Escola Nova. Dialoga com seus principais mentores. Inaugura uma editora que possa escoar sua produção. Finalmente, decide criar uma nova fórmula para *A menina do Narizinho Arrebitado*, que fosse ao encontro das necessidades da nova educação brasileira e contribuísse para fazer avançar o projeto de um novo Brasil. Inicia, então, uma nova literatura na qual, livro a livro, página a página, busca, de forma lúdica, porém, ácida, inculcar nas crianças brasileiras um olhar crítico aos problemas do país. Em 1934, Lobato constrói a nova versão da obra, com o título de *Reinações de Narizinho*.

4. As transformações na linguagem literária de Lobato

Em consonância, então, com o ideário escolanovista e o Brasil que idealizava, na obra *Reinações de Narizinho* e em outras subsequentes, Lobato opera uma verdadeira revolução na linguagem, do ponto de vista gráfico, semântico, discursivo e conceitual.

Para o abrasileiramento da linguagem, utiliza vários recursos, como a substituição dos mitos e do fabulário europeu por mitos genuinamente nacionais como o saci no lugar dos nibelungos, da saga germânica; e o macaco, o bicho preguiça, o papagaio em lugar do leão e do tigre, dos bestiários e fábulas europeias, por exemplo, obtidas pelas intervenções dos habitantes do sítio na narrativa das fábulas que, assim, vão reciclando os elementos do folclore e da tradição popular.

Outro recurso é a escolha da linguagem afetiva e infantil e uma

sintaxe da oralidade, despindo a língua da sofisticação própria das literaturas clássicas. Ainda o recurso de neologismos desdobrados da oralidade afro-indígena brasileira, bem como o uso de expressões populares típicas do sertão brasileiro confere brasilidade ao texto.

Em relação aos clássicos, Lobato retoma, não só os contos infantis do universo maravilhoso – *Branca de Neve, Gato de Botas*, etc... – como também os grandes clássicos da Grécia e lhes veste roupagens de um Brasil do século XX, quer pela boca de Dona Benta, quer ressignificando essas obras em adaptações com estilo e linguagem muito próximos ao universo infantil, como é o caso das fábulas de La Fontaine ou *Os doze trabalhos de Hércules*. No original, as fábulas são escritas em versos e com linguagem rebuscada. Assim expressou o autor seu pensamento sobre fábulas (LOBATO, 1972, p. 246 *apud* MARTHA, 2001, s/p.): “As fábulas em português que conheço, em geral traduções de La Fontaine, são pequenas moitas de amora no mato – espinhentas e impenetráveis”. Confirme-se a afirmação anterior, nesta estrofe da fábula *O lobo e o cão*, traduzida pelo Barão de Paranapiacaba, antes que Lobato lhe pusesse novas roupagens. (LA FONTAINE, s/d, p. 30):

Certo lobo que estava na espinha,
(Pois os cães bem velavam no gado)
Dá com um dogue possante e formoso,
Limpo e sécio, a luzir de anafado.

Na adaptação, em prosa, de Lobato (2002, p. 29) um trecho da mesma fábula:

Um lobo muito magro e faminto, todo pele e ossos, pôs-se um dia a filosofar sobre as tristezas da vida. E nisso estava quando lhe surge pela frente um cão – mas um cão e tanto, gordo, forte, de pelo fino e lustroso.

Dona Benta é a personagem detentora da nova sabedoria em voga, que difunde ideias e palavras selecionadas do ideário brasileiro, procurando romper com o ufanismo elogioso e fora de propósito e com o distanciamento da linguagem, própria da literatura clássica, que tanto incomodava Lobato. Todavia, essa personagem denota grande conhecimento, o que sugere que Lobato não repudia a cultura e a literatura universais, mas deseja fazer com que ela chegue às crianças brasileiras numa linguagem acessível. A propósito dos conhecimentos de Dona Benta, esclarece o autor:

Dona Benta era uma senhora de muita leitura; além de ter uma biblioteca de várias centenas de volumes, ainda recebia, dum livreiro da capital, as novidades mais interessantes do momento. Uma tarde o correio trouxe-lhe a

Child's History of the World, de V. M. Hillyer, diretor da Calvert School, de Baltimore. (LOBATO, 19--., p. 239 *apud* SANTANA, 2011, p. 68).

Em outra passagem, Lobato realiza uma interessante intertextualidade com Cervantes, que demonstra com clareza sua posição perante a literatura clássica e denota seu grau de conhecimento e erudição. Dona Benta lê para as crianças:

– “Num lugar da Mancha, de cujo nome não quero lembrar-me, vivia, não há muito, um fidalgo dos da lança em cabido, adarga antiga e galgo corredor”.

– Ché! – exclamou Emília – Se o livro inteiro é nessa perfeição de língua, até logo! Vou brincar de esconder com o Quindim. *Lança em cabido, adarga antiga e galgo corredor...* Não entendo essas viscondadas não...

[...]

– Meus filhos – disse Dona Benta, - esta obra está escrita em alto estilo, rico de todas as perfeições e sutilezas de forma, razão pela qual se tornou clássica. Mas como vocês ainda não têm a necessária cultura para compreender as belezas da forma literária, em vez de ler vou contar a história com palavras minhas.

[...]

E Dona Benta começou, da moda dela:

– Em certa aldeia da Mancha (que é um pedaço da Espanha), vivia um fidalgo, daí duns cinquenta anos, dos que têm lança atrás da porta, adarga antiga, isto é, escudo de couro, e cachorro magro no quintal – cachorro de raça. (LOBATO, 19--., p. 54-55 *apud* SANTANA, 2011, p. 66).

De acordo com Santana, o escritor, porém, não deixa de mostrar ao leitor a diferença entre o original e a adaptação, enfatizando a importância da leitura do clássico em seu formato original para agregar mais conhecimento cultural.

– É uma lástima – disse Dona Benta – eu estar contando só a parte aventureira da história do cavaleiro da Mancha. Um dia, quando vocês crescerem e tiverem a inteligência mais aberta pela cultura, havemos de ler a obra inteira nesta tradução dos dois viscondes, que é ótima. (*Id, Ibid.*, p. 130 *apud* SANTANA, 2011, p. 66).

Emília, alter-ego de Lobato, é a voz altissonante da crítica mais desbocada, embora honesta, e das soluções mais ousadas que alguém já ofereceu aos problemas brasileiros. É uma entusiasta das novidades. Por isso, vive às turras com o Visconde de Sabugosa, personagem eleita como representante da linguagem antiga e presente nas inúmeras vezes em que Lobato deseja contrapor-se às “velharias”.

Ainda segundo Santana (2011), na obra *Emília no país da gramá-*

tica fica patente o desejo de Lobato satirizar os gramáticos e as constantes reformas ortográficas da época, bem como os escritores que se utilizavam de linguagem extremamente formal, ultrapassada e difícil, mesmo dirigida à criança.

Emília teve uma grande ideia: visitar o verbo *Ser*, que era o mais velho e mais graduado de todos os verbos. Para isso imaginou um estratagema: apresentar-se no palácio em que ele vivia, na qualidade de repórter dum jornal imaginário – *O Grito do Picapau Amarelo*.

[...]

– Quem é aquele figurão? – perguntou *Ser*, franzindo os sobrolhos.

– Pois é o nosso grande Visconde de Sabugosa, um verdadeiro sábio da Grécia. Gosta muito de arcaísmos e outras velharias. Juro que a palavra que está com ele é coroca.

– Não é não. Já foi coroca: hoje está remoçada. Aquela palavra é a tal *Paredro*, que em Roma conheci sob a forma latina *Paredrus*. Emigrou para cá comigo, mas ninguém quis saber dela. Os homens não a chamavam nunca para coisa alguma, e por fim a coitada teve de desocupar o beco e ir viver no bairro dos Arcaísmos. Pois sabe o que aconteceu? Um belo dia um deputado brasileiro, que era o grande romancista Coelho Neto, teve a ideia de requisitá-la para a meter num discurso. Já lhe mandamos a palavra requisitada, cheia de pó e teias de aranha como se achava. *Paredro* entrou no discurso do deputado, fez sucesso e voltou rejuvenescida. Desde então passou a receber frequentes chamados e acabou vindo morar de novo aqui no centro, em companhia das palavras vivas. (LOBATO, 19--., p. 314).

Tia Nastácia é figura de proa, responsável pelos saberes populares, folclóricos, tão caros a Lobato, e por uma culinária tipicamente brasileira, na nomenclatura e no sabor, no cheiro. O autor recorre a essa personagem todas as vezes que deseja aproximar os ensinamentos daquilo que considera mais genuinamente brasileiro, como por exemplo, quando quer sair do universo dos mitos europeus para valorizar a nossa própria mitologia. Ou quando quer estabelecer determinada cultura culinária, como o famoso “bolinho de chuva” da Nastácia, prato favorito da criançada do sítio¹²⁰.

Operando rupturas com a linguagem passadiça dos livros da literatura universal e brasileira e dando voz a uma personagem representati-

¹²⁰ Sabe-se que essa iguaria vem dos tempos do Brasil colônia e que, já no Século XVIII, eram preferidos pelas famílias brasileiras para o café-da-manhã. Eram feitos com mandioca e cará. A mesma receita tinha ainda outros nomes, Quero Mais, Quero Quero ou Desmamados (<http://www.baraldi.com.br>).

va por excelência das feições do povo brasileiro, como é o caso de Tia Nastácia, o autor ressignifica, também, os conceitos de pedagogia e moralidade presentes nas literaturas que circulavam pelas escolas. Ao invés da obediência e submissão, a rebeldia; ao invés do aprendizado formal, o aprendizado oriundo das experiências do sítio que, simbolicamente, representa o Brasil, com todas as suas possibilidades e riquezas.

A aprendizagem se dá, aos moldes da escola nova, no contato informal propiciado pelo Sítio que, de certo modo, substitui o espaço formal e rígido da escola. As crianças – Narizinho e Pedrinho – e a boneca Emília aprendem de forma espontânea, em contato com os muitos livros de uma biblioteca do próprio sítio, na qual abunda a grande e boa literatura clássica ocidental, que vai sendo lida para as crianças, nos “serões de dona Benta”, porém, com linguagem coloquial, infantil e totalmente brasileira.

5. *Considerações finais*

Esperamos ter aqui cumprido o objetivo a que nos propomos, o de pensar a linguagem de Lobato como expressão de um tempo e de um Brasil marcado pelos ventos do capitalismo liberalizante e no interior do movimento da escola nova. Todavia, o que apresentamos é apenas uma pequena mostra dessa temática. O abasileiramento da linguagem de Monteiro Lobato é um veio inesgotável de pesquisa. Percorrendo suas obras de caráter infantil, encontramos, na verdade, não o Brasil de uma época, apenas, mas sua representação em tintas brejeiras. Ao mesmo tempo, um realismo filtrado pela crítica contundente. É a fórmula encontrada pelo autor para ressignificar esteticamente o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Márcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. São Paulo: SENAC. 1998.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação e seus problemas*. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

COELHO, Nelly Novaes. *A literatura infantil*. 4. ed. rev. São Paulo: Quíron, 1987.

COMENIUS, João Amós. *Tratado universal de ensinar tudo a todos*. Introdução, tradução e notas de Joaquim Ferreira Gomes. 3. ed. Lisboa. Calouste Gulbenkian, 1985.

HANSEN, Patrícia Santos. *Os primeiros livros infantis brasileiros*. Programa de apoio nacional à pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional. 2009. Disponível em:

<http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/patricia_hansen.pdf>.

LA FONTAINE. *Fábulas*. Tomo I. São Paulo. Gráf. e Ed. Edigraf, [s/d.].

LUKÁCS, György. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Org., apr. e trad.: José Paulo Neto e Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MARTHA, Alice Áurea Penteado. Monteiro Lobato e as fábulas: adaptação à brasileira. *Cuatrogatos Revista de Literatura Infantil*, n° 7, jul.-set. 2001.

MONTEIRO LOBATO. *Fábulas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

NETTO, Coelho; BILAC, Olavo. *A pátria brasileira*. 27. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940. Disponível em:

<<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/LiteraturaInfantil/Poesias%20Infantis/Pi01.htm>>.

ROLIM, Zalina. *Livro das crianças*. 1897. Disponível em:

<<http://www.rosanycosta.com.br/.../1-e-books.html>>.

SALEM, Nazira. *História da literatura infantil*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

SANTANA, J. A. Lopes. *Monteiro Lobato: ação e literatura no movimento da escola nova no Brasil*. Monografia. UEMS, 2011.

SOUZA, Ana A. Arguelho de. *Literatura infantil na escola: a leitura em sala de aula*. Campinas: Autores Associados, 2010.

VECHIA, A.; LORENZ, K. M. (Orgs.). *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

ZILBERMAN Regina. *A literatura infantil na escola*. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.